

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Zapata, Gisela P.¹
Guedes, Gilvan Ramalho
Filho, Walmir Reis Miranda²

¹ Cedeplar/UFMG

² Departamento de Estatística/UFOP



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

RESUMO

A resposta do Brasil aos fluxos migratórios provenientes da Venezuela – ancorada na Operação Acolhida – representou um marco importante na trajetória institucional e normativa da política migratória e de refúgio no país. Este artigo analisa a evolução dos indicadores de mercado de trabalho sob uma perspectiva de gênero para as pessoas venezuelanas interiorizadas – voluntariamente realocizadas de Roraima para outros estados no Brasil – no âmbito da Operação Acolhida em dois momentos do tempo: durante (2021) e depois da pandemia de COVID-19 (2023). O recorte por gênero é importante dadas as já documentadas disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho no Brasil e as vulnerabilidades de gênero e lugar acumuladas pela população migrante. A análise baseia-se em dados inéditos, representativos da população refugiada e migrante venezuelana no Brasil, composta por duas amostras probabilísticas complexas independentes. Para garantir que a mesma população-alvo esteja sob análise, comparam-se as pessoas interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021 da primeira amostra (coletada em 2021) com as pessoas interiorizadas no mesmo período da segunda amostra (coletada em 2023). Os resultados sugerem que o maior tempo de exposição ou permanência da população interiorizada no mercado de trabalho brasileiro teve um impacto positivo nas suas dinâmicas de inserção laboral, principalmente para as mulheres, em termos da taxa de subutilização da força de trabalho, posse de carteira assinada, e ganhos reais no rendimento, dentre outros.

INTRODUÇÃO

A experiência de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil representou um marco importante na trajetória institucional e normativa da política migratória e de refúgio no país. A resposta político-institucional aos fluxos da Venezuela tem como ponto central a *Operação Acolhida*, iniciada em 2018, que envolve uma complexa gama de articulações entre populações migrantes e refugiadas, gestores e operadores humanitários, militares e mais de 100 organizações da sociedade civil, em torno de três pilares: ordenamento/controla da fronteira, abrigo e a Estratégia Oficial de Interiorização¹.

¹A estratégia de interiorização é um programa de realocação voluntária e contempla quatro modalidades: (i) Institucional - grupos que saem de situações de acolhimento institucional em Roraima (abrigos) para abrigos ou espaços de acolhimento institucional no local de recepção; (ii) Reunificação Familiar - pessoas que vão ao encontro de parentes e familiares no local de destino; (iii) Vaga de Emprego Sinalizada (VES) - atrela a pessoa ao local de destino em função da existência de oportunidade e/ou contrato de trabalho previamente indicados e (iv) Reunião Social - pessoas que vão ao encontro de amigos, conhecidos ou qualquer nóculo da rede migratória.



A gestão migratória venezuelana está imbricada na constituição e rearticulação de uma infraestrutura humanitária no Brasil (Moulin e Magalhães, 2020). Esta infraestrutura foi marcada por dois processos concomitantes. O primeiro se situa no plano normativo, na junção entre o marco legal estabelecido pela Lei 13445/2017 para as migrações e a consolidação do regime de proteção a refugiados no país, cuja baliza é dada pela Lei 9474/1997. O segundo se baseia na constituição de uma *assemblagem* governamental e não-governamental, entre diferentes níveis e escalas (internacional, regional, nacional, estadual e municipal), voltada à conformação de uma rede espacial e institucional de acolhimento e assistência emergencial e, em médio e longo prazo, de integração local. Esse contexto é particularmente desafiador para a integração socioeconômica, haja vista a inexistência de políticas públicas coordenadas no campo migratório e do refúgio no país, parcialmente em função da falta de implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida contemplada na Nova Lei de Migração de 2017 (art. 120), a natureza profundamente desigual das realidades socioeconômicas, das trajetórias históricas e das experiências locais das comunidades de recepção com populações migrantes e refugiadas, e as desigualdades de gênero no acesso a direitos e nas dinâmicas de inserção sociocultural e laboral, dentre outros. Ainda, salienta-se a própria transformação do perfil do fluxo migratório das pessoas venezuelanas que chegam ao país desde 2015 (Baeninger e Jarochinski, 2018; Fernandes, Baeninger & Demétrio, 2020; Zapata e Tapia Wenderoth, 2021), caracterizado pelo agravamento da sua situação de vulnerabilidade e pobreza, especificidades e aprofundamento das demandas emergenciais de cunho socioeconômico e de regularização migratória e questões derivadas da dispersão territorial, sobretudo no que toca à implementação e monitoramento de políticas e acompanhamento dos indivíduos e famílias interiorizadas.

Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), das mais de 964 mil pessoas de origem venezuelana que entraram no Brasil até agosto de 2023, em torno de 500 mil permaneceram no país (OIM, 2023). Cabe apontar os recordes de ingresso em 2023: só nos primeiros três meses do ano, o Brasil registrou a entrada de 51.838 migrantes e refugiados, 32% do total registrado em 2022². Estes fluxos da Venezuela também trouxeram importantes transformações ao processo de regularização migratória e documental no Brasil. Evidenciou-se o crescimento significativo do estoque de solicitações de refúgio – e consequente necessidade de processo mais célere pelo CONARE, com deferimento e aumento dos números de refugiados/as venezuelanos reconhecidos por 'grave e generalizada violação de direitos humanos' (dispositivo da Declaração de Cartagena contemplado na Lei de Refúgio), a partir de junho de 2019. Segundo dados da Plataforma R4V, até agosto de 2023, das mais de 510 mil venezuelanos e venezuelanas que permaneceram no país, 50 mil foram reconhecidas como refugiadas, 402 mil obtiveram

² <https://www.folhabv.com.br/economia/brasil-tem-recorde-de-entrada-de-venezuelanos-pelo-3o-mes-seguido/>



ou mais de idade no âmbito da Operação Acolhida durante e depois da pandemia de COVID-19. O recorte por gênero é importante dado que as disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho no Brasil em termos de diferenças salariais, taxa de atividade e grau de informalidade, dentre outros, tem sido amplamente documentadas na literatura (Cotrim, Texeira e Proni, 2020; DIEESE, 2024). Essas assimetrias de gênero em relação ao mercado de trabalho também têm sido documentadas para populações migrantes no Brasil (Batista e Cacciamali, 2009; Buturi, Garcias e Rogana, 2023; Noronha e Vilela, 2020). Ademais, os impactos da Covid-19 foram sentidos de modo distinto entre homens e mulheres (Gandra, 2021), o que reforça a necessidade de uma análise desagregada para a população migrante e refugiada, que acumula vulnerabilidades de gênero e lugar (Chaves-González et al., 2021; Shamsuddin et al., 2021). Além disso, 87% das pessoas venezuelanas no Brasil viajam em grupos familiares (Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2020), o que reforça a importância de uma análise de gênero devido ao papel central que as mulheres têm historicamente ocupado no contexto familiar.

METODOLOGIA⁶

Esta pesquisa inédita produziu três **amostras probabilísticas complexas** (com conglomeração, pré-estratificação e calibragem) para duas populações alvo: 1) pessoas interiorizadas para todos os locais do Brasil, exceto Roraima e 2) pessoas abrigadas em Boa Vista (Roraima). As ondas 1 e 2 da pesquisa contemplaram 2000 pessoas venezuelanas interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021 (com entrevistas realizadas entre maio/junho e outubro/novembro de 2021), enquanto a onda 3 contemplou 1054 pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e junho de 2023 (com entrevistas realizadas entre agosto e novembro de 2023). Para a população abrigada, as ondas 1 e 2 contemplaram 682 pessoas residentes em abrigos em Boa Vista, Roraima (com entrevistas realizadas entre junho e novembro de 2021), e a onda 3 contemplou 361 pessoas residentes em abrigos em Boa Vista (com entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2023). Este artigo utiliza apenas as ondas 2 e o primeiro estrato da onda 3 (P1), que permitem uma comparação direta da mesma população-alvo de pessoas venezuelanas interiorizadas entre 19 de março de 2020 e 31 de agosto de 2021. O foco apenas na população interiorizada é explicado pela baixa aderência ao mercado de trabalho local da população abrigada em Roraima, dada que a maior parte desta população está prestes a ser interiorizada.

Este artigo apresenta os primeiros resultados descritivos da evolução dos indicadores de mercado de trabalho para pessoas venezuelanas interiorizadas com 18 anos ou mais de idade no âmbito da Operação Acolhida em **dois pontos do tempo: período pandêmico** (outubro a

⁶ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE: 43638121.6.0000.5149).



novembro de 2021) e **período pós-pandêmico** (agosto a novembro de 2023). Este tipo de análise ajuda a entender o processo de inserção laboral das pessoas venezuelanas em diferentes regiões do Brasil para as quais foram direcionadas. É importante lembrar que a pandemia de Covid-19 pode ter afetado a população alvo em análise de forma distinta dos demais membros da população residente no Brasil. Para minimizar os efeitos de seletividade sobre a análise de evolução dos indicadores de mercado de trabalho das pessoas venezuelanas interiorizadas, incluiremos, na versão final deste artigo, um pareamento desta população com as pessoas residentes no Brasil de 18 anos ou mais de idade utilizando como base as PNADs Contínuas do IBGE. Para evitar imposição distributiva, realizaremos um pareamento não-paramétrico condicional, com base no algoritmo KNN (*K-nearest neighbors*). O vetor de condicionalidade é dado pelo conjunto das seguintes variáveis: sexo, idade, cor/raça, condição de ocupação, tamanho do domicílio e região geográfica. A validação do pareamento é feita via indicadores de erro de classificação, sensibilidade e especificidade para diferentes números de vizinhos (variando de 1 a 10). O pareamento é feito comparando o grupo de tratamento (indivíduos da amostra de interiorizados) com o grupo de controle (retirado da PNADC). O pareamento é realizado para cada período. Em seguida, com a obtenção dos indivíduos equivalentes na PNADC, todos os indicadores de mercado de trabalho são calculados para o grupo de controle e a tendência é comparada com a observada entre as pessoas venezuelanas interiorizadas.

RESULTADOS PRELIMINARES: ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL DA POPULAÇÃO VENEZUELANA INTERIORIZADA, 2021-2023

Os dados de mercado de trabalho revelam que para esta parcela da população interiorizada, houve uma melhora expressiva na maioria dos indicadores para a população ocupada (Tabela 1). Além da melhora observada na proporção de trabalhadores com horas suficientes trabalhadas - que passou de 90,1 para 94,2 - e na taxa de subutilização da força de trabalho - que caiu 6,1 pontos percentuais -, a posse de carteira assinada - passou de 85 para 88,4%, enquanto o grau de informalidade laboral, diminuiu em quase 9 pontos percentuais, passando de 32,4% em 2021 para 23,7% em 2023. Além disso, houve um ganho real no rendimento médio mensal individual de 18,1% e de 7,7% no rendimento médio mensal domiciliar *per capita*. Em termos gerais, houve uma queda de 2 meses no tempo médio sem trabalho da população venezuelana interiorizada, que era de 6,7 em 2021.

No entanto, observou-se uma piora em dois indicadores: a proporção de pessoas na força de trabalho (PEA), que apresentou uma queda de 2,5 pontos percentuais, e a taxa de desocupação que aumentou em 2,5 pontos percentuais. No entanto, observou-se uma leve redução nas disparidades de gênero em vários indicadores. Enquanto, em 2021, a taxa de atividade feminina representava 75% da masculina, em 2023, aumentou para 82,4%. Essa redução foi explicada por



uma leve melhora na taxa de atividade feminina, concomitante a uma piora expressiva na taxa de atividade masculina. Contudo, entre 2021 e 2023, não houve mudança importante entre os sexos para a taxa de desocupação, com a taxa feminina representando aproximadamente 3 vezes a masculina em ambos os anos.

Com relação à precariedade da inserção laboral da população venezuelana interiorizada empregada com 18 anos ou mais, medida pela posse de carteira de trabalho assinada e pela informalidade laboral, houve uma inversão da tendência observada em 2021: enquanto a proporção da população masculina sem carteira era menor, representando 59% da feminina em 2021, a proporção da população masculina sem carteira passou a ser 83% superior à feminina em 2023. Também, enquanto em 2021 o grau de informalidade laboral das mulheres era 27% superior ao dos homens, em 2023, o grau de informalidade laboral masculino foi 41% superior ao feminino. Além disso, houve uma queda de 3 meses no tempo médio sem trabalhar entre as mulheres, enquanto este aumentou em 1 mês para os homens. Por outro lado, apesar da melhora no rendimento para ambos os sexos, com as mulheres alcançando um ganho real de 13%, o ganho real dos homens foi ainda maior (20%). Porém, houve um aumento nas disparidades de gênero nestes indicadores: em 2021, o rendimento médio mensal individual dos homens era 37% superior ao das mulheres, enquanto em 2023 essa diferença aumentou para 46%. Além disso, o rendimento domiciliar *per capita* dos homens era 49% superior ao das mulheres em 2021, diferença que aumentou para 73% em 2023.

Tabela 1: Indicadores do Mercado de Trabalho para a População Venezuelana Interiorizada no Âmbito da Operação Acolhida entre 19 de março de 2020 e 31 de agosto de 2021 - Brasil, Outubro/Novembro de 2021 e Setembro/Dezembro de 2023



Variável	Frequência Relativa (2021)			Frequência Relativa (2023)		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho	72,2%	96,2%	84,6%	73,8%	89,5%	82,1%
Pessoas fora da força de trabalho	27,8%	3,8%	15,4%	26,2%	10,5%	18,0%
Condição de ocupação						
Ocupado	82,2%	93,6%	89,0%	77,8%	93,0%	86,5%
Desocupado	17,8%	6,4%	11,0%	22,2%	7,0%	13,5%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	81,1%	95,5%	90,1%	88,6%	97,7%	94,2%
Insuficiente	19,0%	4,5%	9,9%	11,4%	2,3%	5,8%
Status de desalento						
Desalentados	--	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	0,8%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	5,3%	0,0%	4,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	36,5%	34,3%	36,3%	34,8%	12,3%	27,9%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	63,5%	65,7%	63,7%	65,2%	87,7%	72,1%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	--	--	--	--	--	--
Força de trabalho ampliada	--	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	41,3%	11,8%	24,9%	27,9%	9,4%	18,8%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	79,7%	88,0%	85,0%	92,2%	85,8%	88,4%
Não	20,3%	12,0%	15,0%	7,8%	14,3%	11,6%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	28,4%	22,8%	24,9%	16,2%	23,8%	20,9%
Empregado do setor privado	64,3%	76,3%	71,8%	77,3%	75,2%	76,0%
Empregado do setor público	0,6%	0,5%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Empregador	0,3%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Trabalhador doméstico	6,4%	0,0%	2,4%	6,5%	1,0%	3,1%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	19,6%	12,6%	15,6%	23,9%	33,1%	30,3%
Não	80,4%	87,4%	84,4%	76,1%	66,9%	69,7%
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	62,7%	70,6%	67,6%	81,1%	73,4%	76,4%
Informais	37,3%	29,4%	32,4%	18,9%	26,6%	23,7%
Variável	Média Estimada para a População			Média Estimada para a População		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 1.289,90	R\$ 1.766,36	R\$ 1.589,12	R\$ 1.459,93	R\$ 2.125,80	R\$ 1.877,17
Rendimento Médio Mensal Domiciliar	R\$ 2.330,60	R\$ 2.797,96	R\$ 2.575,22	R\$ 2.277,45	R\$ 3.162,51	R\$ 2.749,69
Rendimento Médio Mensal per capita	R\$ 614,20	R\$ 915,59	R\$ 771,95	R\$ 598,22	R\$ 1.034,63	R\$ 831,08
Tempo Médio sem Trabalhar (Meses)	7,3	5,5	6,7	4,2	6,4	4,8

Fonte: Dados primários da pesquisa amostral de pessoas Venezuelanas interiorizadas

Nota: valores corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário. Dados monetários deflacionados para a base referente a setembro de 2023, utilizando o deflator da PNAD Contínua trimestral.

Estes resultados sugerem que o maior tempo de exposição ou permanência da população interiorizada no mercado de trabalho brasileiro tem um impacto positivo nas suas dinâmicas de inserção laboral, principalmente para as mulheres. Além disso, em 2023, apenas 36,6% das pessoas que foram interiorizadas pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e 43,4% das que foram interiorizadas pela modalidade institucional, continuavam, respectivamente, trabalhando ou residindo no mesmo local de quando se interiorizaram em 2020/2021. Isto pode indicar um movimento da população interiorizada em busca de melhores condições de trabalho e de rendimento à medida que vão ganhando familiaridade e experiência no mercado de trabalho brasileiro. Esta melhora nos indicadores também pode ser parcialmente atribuída à melhora generalizada nos indicadores econômicos no país no período pós-pandemia (DIEESE, 2023; IPEA, 2023).



Referências

Baeninger, R. ; Jarochinski Silva, J. C. (Orgs). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

Baeninger, R.; Demétrio, N. B.; Domeniconi, J. Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

Batista, Natalia N., Cacciamali, Maria C. (2009). Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. Revista brasileira de estudos populacionais 26 (1).

Buturi, Debora K.; Garcias, Marcos O.; Rogana, Gisihelle A. (2023). Diferenças salariais entre imigrantes internacionais e brasileiros no mercado de trabalho formal do agronegócio no Brasil. In: Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). ESALQ/USP.

Chaves-González, D.; Amaral, J.; Mora, M. J. (2021). Socioeconomic Integration of Venezuelan Migrants and Refugees: The Cases of Brazil, Chile, Colombia, Ecuador and Peru. Migration Policy Institute, Washington, D.C.

Cotrim, L.R, Teixeira, M.O e Proni, M.W. (2020). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Texto para discussão, Instituto de Economia, Unicamp. ISSN 0103-9466. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>

DIEESE (2023). Boletim de Conjuntura Número 41, dezembro de 2023. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

DIEESE (2024). Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Fernandes, D.; Baeninger, R.; Demétrio, N. B. Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. In: Duval Fernandes; Rosana Baeninger; Maria da Consolação Gomes de Castro; Henrique Balieiro; Juliana Rocha; Felipe Borges; Luís Felipe Magalhães; Nathália Demétrio; Joice Domeniconi. (Org.). Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó, v. 1, p. 35-79, 2020.

Gandra, J. (2021). Covid-19, diversidade das famílias e desigualdades. In: população e desenvolvimento em debate: impactos multidimensionais da pandemia da covid no Brasil. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Campinas.

IPEA (2023). Carta de Conjuntura Número 61, 4 ° trimestre de 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Moulin, C. & Magalhães, B. Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil, Citizenship Studies, 24:5, 642-662, 2020.



Noronha, C.L.A. e Vilela, E.M. (2020). Análise comparativa da mobilidade ocupacional entre homens e mulheres estrangeiros no mercado formal de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Sociologia* 8 (19), 148-177.

OIM (2023). Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes - Migração Venezuelana, Janeiro 2017 - Agosto 2023. Organização Internacional para as Migrações (OIM) / Operação Acolhida.

Shamsuddin, M.; Acosta, P. A.; Schwengber, R. B.; Fix, J.; Pirani, N. (2021). Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil. Policy Research Working Paper, n. 9605, World Bank.

Zapata, G. P. & Prieto Rosas, V. Structural and Contingent Inequalities: The Impact of COVID-19 on Migrant and Refugee Populations in South America. *Bulletin of Latin American Research* 39(S1):16–22, 2020.

Zapata, G.P. & Moulin, C. (2022). Discriminación por omisión: Dinámicas de in/exclusión social de la población migrante y refugiada en Brasil en tiempos de pandemia. In G.P. Zapata, M. Vera Espinoza & L. Gandini (Eds), *Movilidades y COVID-19 en América Latina: inclusiones y exclusiones en tiempos de “crisis”*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Secretaría de Desarrollo Institucional.

Zapata, G.P. & Moulin, C. (2022). (Des)continuidades pandêmicas no Brasil e no mundo: fronteiras, migrações internacionais e a Covid-19. In E. da Motta e Albuquerque, F. Jayme Jr. and G. Britto (Organizadores), *Crise, pandemia e alternativas*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Belo Horizonte: FACE/UFMG.

Zapata, G. P. & Tapia Wenderoth, V. (2021). Progressive Legislation but Lukewarm Policies: The Brazilian Response to Venezuelan Displacement. *International Migration*, 60 (1), 132-151.